



Economia para Trabalhadores

Ano IV, Edição XXXIII

Fevereiro de 2016

Nesta edição:

Resumo de Conjuntura Econômica 2

Atividade industrial - Brasil 3

Atividade Industrial - Santa Catarina 4

Inflação e Salários 5

Indicadores 6

Apresentação

Caros(as) companheiros(as), esta edição abre o 4º ano do Economia para Trabalhadores, o boletim mensal da Subseção do Dieese na Fetiesc. Nesta 33ª edição são apresentados os indicadores de fechamento do ano de 2015 com seus respectivos resumos de análise.

No decorrer do boletim vocês poderão acompanhar dados macroeconômicos (finanças públicas, balanço de pagamentos, câmbio, juros, inflação, PIB, entre outros), além dos indicadores de atividade industrial no Brasil e em Santa Catarina e indicadores do mercado de trabalho.

Abre este boletim um texto de opinião sobre alguns desafios que provavelmente estarão em pauta de discussão do sindicalismo no ano. Destacamos nele o avanço de políticas neoliberais no governo federal, com propostas de reforma na Previdência Social tomando corpo, além de questões antigas como a prevalência do negociado entre empregados e empregadores sobre a legislação trabalhista e a regulamentação da terceirização.

O texto aponta que, se a causa da pressão para discutir-se reforma na Previdência é o equilíbrio fiscal, há a necessidade de se discutir também o quanto é gasto com refinanciamento da dívida pública, sustentada pela taxa de juros real mais alta do mundo. Analistas do mercado projetam que a dívida bruta do setor público deve alcançar 80% do PIB em 2017. O problema, no entanto, é que os encargos desta dívida consumiram, aproximadamente, 10% do PIB em 2015.

Os indicadores de atividade industrial revelam que 2015 foi um ano muito ruim para este ramo econômico. O recuo da produção de manufaturados chegou a 10% no Brasil e 8% em Santa Catarina. O emprego na indústria de transformação teve queda de 7,4% e 5,3%, respectivamente. Há dados importantes como o nível de estoques, que em dezembro, segundo pesquisa da CNI, entraram em equilíbrio com o planejado pela indústria. A confiança dos empresários industriais também melhorou no período entre final de 2015 e início de 2016. A valorização real da taxa de câmbio contribuiu para a competitividade da indústria e os reflexos são percebidos nas transações comerciais dos manufaturados.

Esta dinâmica de retração da produção, com aumento da ociosidade e expansão das exportações, está em linha com a política de ajuste iniciada em 2014 no Brasil, o sacrifício pedido pelo governo ao povo para uma travessia que permitisse a retomada do crescimento econômico em outras bases. O sacrifício chegou no mercado de trabalho e na renda do trabalho em 2015. A seção que trata da inflação e dos salários evidencia isso.

Boa leitura!

Opinião - Desafios para o Sindicalismo

O ano de 2016 inicia-se para os trabalhadores da mesma forma em que terminou o ano de 2015: com estes sofrendo ameaças de perda de direitos e com a efetiva perda de emprego e renda. O calendário legislativo iniciou-se com fortes sinais de medidas que pretendem reformar a Previdência Social, além de antigas bandeiras do setor empresarial como a terceirização e a prevalência do negociado sobre a legislação trabalhista nas relações entre empregadores e empregados.

Todos estes sinais ganharam força neste ano. O tema da Previdência está diariamente nos principais jornais, com analistas apontando a necessidade de reforma para fazer frente ao déficit da mesma. A retórica foi endossada pelo governo, com manifestações da presidenta e do seu ministro da Fazenda sobre a necessidade de realizar tal reforma.

Da mesma forma, o ministro Nelson Barbosa e o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, já haviam anunciado no início do ano a provável agenda que o governo assumiria para buscar aumentar a confiança dos mercados e a retomada dos investimentos privados. Os destaques eram as medidas que alterariam as relações entre empregadores e empregados.

Depois de um ano de recessão, com a economia do país dependendo dos investimentos privados, é normal que pressões sobre a classe trabalhadora, atacando seus interesses, se fortaleçam. Cabe ao sindicalismo e aos movimentos sociais demonstrar força política para breçar os avanços da onda neoliberal na qual o governo está surfando.

A tarefa não é fácil, o poder econômico do grupo de credores da dívida do setor público, formada por instituições do mercado financeiro, está vencendo a pressão social e política do povo nas ruas, no mundo inteiro. Vide exemplo do que ocorreu na Grécia no ano passado.

O debate técnico sobre os temas mencionados se intensificam nos espaços em que são possíveis. O superávit ou déficit da Previdência tem porta-vozes de ambos os lados, todos com seus argumentos justificáveis do ponto de vista dos seus interesses. O debate sobre medidas de flexibilização da legislação trabalhista, ainda que carente de dados muitas vezes, parece estar mais maduro na sociedade, porque remontam a pelo menos duas décadas no Brasil. Neste caso, o setor empresarial perdeu o debate (pudera, as evidências da precarização dos trabalhos terceiri-

zados é gritante) e passou a comportar-se como porta-voz dos interesses da classe trabalhadora.

Mas apesar da importância da discussão técnica e da necessidade de os trabalhadores estarem bem amparados nesse front, parece fundamental compreender-se que a disputa exigirá mais do que bons argumentos, ela exigirá mobilização e ação.

A questão é política, é de classe. Com o fim da margem de manobra fiscal que havia durante o período de crescimento econômico, o governo de coalizão esfacelou-se. Estamos vivenciando a luta entre classes pela renda e setores do governo que tinham algum grau de compromisso com a classe trabalhadora estão perdendo espaço. O governo não consegue governar, as expectativas não melhoram, assim como a inflação não cede. O mercado financeiro volta a reivindicar com força a independência do Banco Central.

Por que não são divulgados nos jornais as análises que existem sobre o sistema da dívida pública no Brasil? Se o problema é o desequilíbrio fiscal (o déficit primário foi de R\$ 111 bilhões, -1,9% do PIB em 2015), por que a ênfase na necessidade urgente de reformar a Previdência Social apenas e nada sobre as despesas com a rolagem da dívida pública, que por sinal, foram maiores do que as despesas com a Previdência?

Segundo dados divulgados pela CGU no Portal da Transparência, as despesas executadas pelo governo federal em 2015 alcançaram a cifra de, aproximadamente, R\$ 2,1 trilhões. Deste total, 30,4% corresponderam à despesas com o refinanciamento da dívida pública federal (pouco mais que R\$ 626 bilhões). A despesa total com a Previdência (a Básica, a Complementar, a do Regime Estatutário e a Especial) foi de pouco mais que R\$ 465 bilhões, valor que corresponde a 22,7% do total de despesas executadas no exercício de 2015.

Por que não auditar a dívida pública federal? Por onde começamos as reformas que o Brasil precisa? Que modelo de desenvolvimento queremos? Realizar a reforma da Previdência e manter a sangria da dívida pública federal, sendo rolada com os juros reais mais altos do planeta, é optar por um modelo concentrador de riqueza, que causa desequilíbrios de toda ordem e aprofunda a desigualdade social.

Atividade Industrial - Brasil

Os indicadores de atividade industrial para o fechamento de 2015 revelam que este foi um ano muito ruim para a atividade industrial no Brasil. A queda na produção de manufaturados chegou a 10%; o faturamento real recuou 9%; o emprego industrial formal recuou 7%. Indicadores positivos e importantes vieram pelo lado do comércio exterior, onde evidenciam-se sinais de recuperação nas exportações de manufaturados e aumento da rentabilidade das mesmas. A valorização real da taxa de câmbio foi determinante neste sentido.

O ano de 2015 apresentou-se ruim para a indústria no Brasil. A queda de 8,3% na produção foi o pior resultado da série temporal que considera o acumulado do ano desde que a pesquisa é realizada, em 2003. Para a série dos últimos doze meses, o resultado é o pior desde 2009, ano em que a economia brasileira também apresentou reflexos da crise mundial.

Na passagem de novembro para dezembro, na série com ajuste sazonal, houve uma queda de 0,7% na produção industrial. Para a indústria extrativa a variação foi nula, mas houve retração de 0,8% da produção da indústria de transformação. No ano, a retração na produção da indústria de transformação atingiu 10%.

A retração na produção industrial foi fortemente impactada pela desaceleração da atividade no setor de transporte e automóveis. A retração dos investimentos e a desaceleração do consumo interno foram determinantes neste sentido. No ano, a queda da produção industrial de bens de capital chegou a 25,5% e a dos bens de consumo duráveis foi de 18,7%.

Na passagem de novembro para dezembro, na série com ajuste sazonal, houve crescimento da produção entre as grandes categorias, com exceção da de bens de capital que seguiu apresentando forte queda (-8,2%). A produção dos bens de consumo teve alta de 1,0%, com aumento de 9,4% na produção de bens de consumo duráveis e de 0,3% na produção de semiduráveis e não duráveis. A produção dos bens intermediários teve alta de 0,7%. Utilizado como um termômetro para o ritmo de atividade, a expedição de papelão ondulado cresceu 2,7% no período.

Segundo pesquisas da CNI, o faturamento real da

indústria geral teve queda de 8,8% em 2015. Todavia, a sondagem realizada pela entidade evidencia que em dezembro o nível de estoques efetivo atingiu o planejado, ou seja, ainda que o faturamento tenha caído os estoques foram ajustados pela retração da atividade produtiva. A ociosidade na capacidade instalada na indústria cresceu 3 pontos percentuais na média, passando de 19,4% em dezembro de 2014 para 22,5% em dezembro de 2015.

Registros do Caged/MTE apresentam uma queda de, aproximadamente, 610 mil vínculos empregatícios na indústria de transformação no ano. Este número de desligamentos de saldo, representa uma queda de 7,4% no emprego industrial, com relação ao estoque de empregos de 2014, realizado os ajustes.

Na virada do ano, o Índice de Confiança dos Empresários Industriais calculado pela CNI (Icei/CNI), revela continuidade de melhora na confiança dos empresários, sobretudo com relação ao futuro de suas empresas, onde o índice aproxima-se de uma condição de equilíbrio (50 pontos), que caracteriza otimismo. A confiança com relação às expectativas teve alta para empresas e economia brasileira, de 1,0 e 0,5 ponto percentual, respectivamente. Com relação às condições atuais, o quadro de confiança segue se deteriorando com aumento do pessimismo, o nível atual (janeiro/2016) é de 27,6 pontos.

Dados importantes são apresentados pelo lado do comércio exterior. A valorização da taxa de câmbio real efetivo que teve alta pouco maior que 20% contribuiu diretamente para a melhora da competitividade da indústria instalada no país. O custo unitário do trabalho, indicador utilizado para mensurar a competitividade, teve queda de pouco mais que 20% também.

Isso contribui para a dinâmica percebida no comércio exterior de bens manufaturados no final do ano passado. As vendas de manufaturados para o exterior cresceram 2,3% em volume. Na comparação entre os meses de dezembro em 2015 e 2014, a alta foi de 27%. As importações de manufaturados, por outro lado, tiveram forte queda, tanto em volume, quanto em valor. A rentabilidade das exportações totais tiveram alta de 2,0%, mas a rentabilidade das exportações de manufaturados teve uma alta maior.

Atividade Industrial - Santa Catarina

Os indicadores da atividade industrial em Santa Catarina apresentaram variações negativas em 2015. As quedas observadas na produção, nas vendas e no emprego industrial, acompanharam as retrações registradas nestes indicadores na média nacional, mostrando-se aproximadamente 2 pontos percentuais mais leves no estado. Houve em dezembro uma pequena melhora no índice de confiança dos empresários industriais. A valorização real da taxa de câmbio dá fôlego à setores industriais importantes para a economia do Estado, que começam a recuperar mercados externos beneficiados com o aumento da rentabilidade sobre as exportações.

A produção industrial em Santa Catarina teve queda de 8% em 2015 (no Brasil a produção na indústria de transformação recuou 10%). Dentre os setores acompanhados, o têxtil e o de material plástico tiveram recuo maior do que a média dos setores no estado (-12,2% e -8,3%, respectivamente). Já o setor de celulose e papel e do vestuário, registraram queda menor do que a média (-1,1% e -2,3%, respectivamente). Um destaque positivo neste indicador foi o registro de crescimento da produção na indústria do vestuário em dezembro deste ano, com relação a dezembro do ano passado (3,7%).

O faturamento real da indústria no estado teve queda de 12,0%, segundo pesquisa realizada pela Fiesc. A indústria do vestuário apresentou queda maior do que esta média (-25,2%). Já os demais setores acompanhados apresentaram recuo menor nas vendas: têxtil (-8,7%); celulose e papel (-10,3%); borracha e plástico (-5,8%).

No ano, o saldo da movimentação de emprego na indústria de transformação catarinense resultou num déficit de 36.316 vínculos, uma queda de 5,3% no estoque de emprego industrial. Esta variação é menor do que a registrada no país, que chegou a -7,4%.

A ociosidade da capacidade instalada na indústria regional também é menor do que a registrada no país, no ano passado. Em Santa Catarina ela chegou a uma taxa média de 19%, enquanto no Brasil foi à 23%.

Apesar dos indicadores negativos, o índice de confiança do empresário industrial catarinense, calculado por sondagem realizada pela Fiesc, revelou melhora no início de 2016. O índice estava em 36,3 pontos em dezembro e passou para 37,0 pontos em janeiro. Todavia, a confiança registrada é ainda muito baixa. Em

janeiro de 2015, quando já havia um quadro de pessimismo, o índice registrava 43,1 pontos.

A alta da confiança provavelmente esteja relacionada com a melhora na competitividade de setores importantes da economia do estado em função da desvalorização cambial. Mesmo que o processo de alta do dólar seja recente e os empresários não estejam seguros de que este patamar de câmbio se sustente por um período mais longo, há indícios de substituição de importações e avanço das vendas de manufaturados sobre mercados externos.

Dentre os setores acompanhados destacamos o fato de todos terem registrado forte queda nas importações, tanto em termos de valores (US\$), quanto em termos de volume (quantum). No sentido inverso, as exportações, em termos de volume, cresceram, com exceção do setor de couro e calçados. Em termos de valor, apenas o setor de celulose e papel registrou também alta nas exportações.

Esta dinâmica significa que um setor como o de papel e celulose, que já era competitivo com o dólar desvalorizado, teve condições de melhorar ainda mais seu saldo comercial com a alta do dólar. Já os demais, que sofreram duas décadas com a valorização cambial e passaram por uma "reestruturação desindustrializante", passam a repensar suas estratégias neste novo ambiente marcado pelo dólar alto. Aliado a queda do consumo doméstico, a alta do dólar contribuiu para a forte queda das importações, em quantidade e em valores. Por outro lado, as exportações cresceram em volume e não cresceram em valor porque as empresas puderam vender a preços mais baixos no estrangeiro, com aumento da rentabilidade em função do câmbio.

No caso da indústria têxtil por exemplo, a rentabilidade das exportações cresceu 12% em 2015. O registro das exportações do setor em dezembro do ano passado evidencia a melhora da competitividade. As exportações cresceram 26,6% em volume e 13,4% em valor, na comparação com dezembro de 2014. No caso do setor do vestuário os sinais deste novo ambiente de comércio exterior ainda são mais fracos, mas aparecem também. Com a mudança de reorientação das exportações chinesas para o mercado doméstico deste país e a manutenção da taxa de câmbio valorizada por um período mais longo, a indústria instalada no país, sobretudo a tradicional, pode recuperar espaço em mercados importantes como os dos países vizinhos.

Inflação e Salários

A inflação não cedeu em janeiro e manteve-se num patamar semelhante à variação de janeiro de 2015. Neste ano o grupo de alimentos e bebidas e de transportes puxaram a alta dos preços. Nos 12 meses o INPC chegou a 11,31% em janeiro e as projeções para a inflação oficial (IPCA) no ano foram revisadas para cima (próximo de 8%).

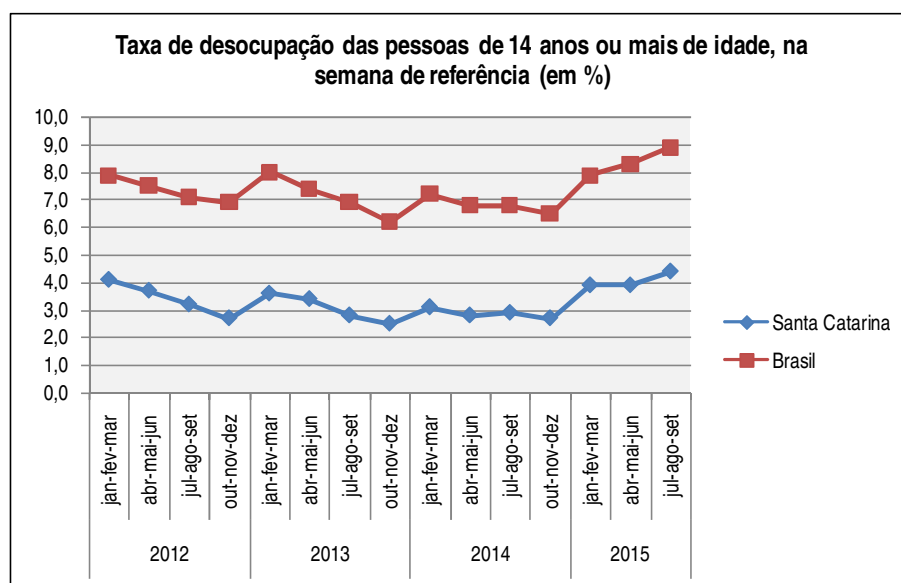
O Dieese divulgou uma Nota Técnica em janeiro, a de nº 154, que analisa o processo inflacionário no Brasil. A nota critica a política de elevação da taxa de juros para conter a inflação, porque entende que a inflação atual não é de demanda (o país está em recessão). A nota conclui que há um componente inercial, autônomo, na inflação brasileira e que, para o longo prazo, reformas estruturais seriam necessárias para eliminar fatores responsáveis pela indexação da economia, além de preparar a economia para o crescimento e a distribuição da renda. No curto prazo, a nota conclui que o problema esteja na crise de expectativas, pela falta de credibilidade da política fiscal e também por incertezas relacionadas ao ambiente político-institucional.

Existe outro elemento no processo inflacionário que são os choques decorrentes da política de ajuste, com o realinhamento dos preços administrados e do câmbio. Além de demonstrar-se inócua no controle da inflação no ano passado e intensificar a transferência de renda do trabalho para o rentismo,

a política do Banco Central de elevar juros afundou a atividade produtiva, desestimulando os investimentos que já são decrescentes no período recente. Como consequência o desemprego cresceu e impactou a renda, inclusive em setores mais resistentes por não sofrer concorrência direta do exterior, como o de serviços.

A taxa de desocupação chegou a 9% no final de 2015 (até outubro) e as projeções são de alta para 2016. A renda caiu 1% em termos reais, tanto na média, quanto na massa de rendimentos dos ocupados em todos os trabalhos. Em Santa Catarina os indicadores do mercado de trabalho são melhores. Até setembro, a taxa de desocupação foi de 4,5% (metade da brasileira) e a massa de rendimentos real dos ocupados em todos os trabalhos apresentava ainda uma variação positiva de 0,5%.

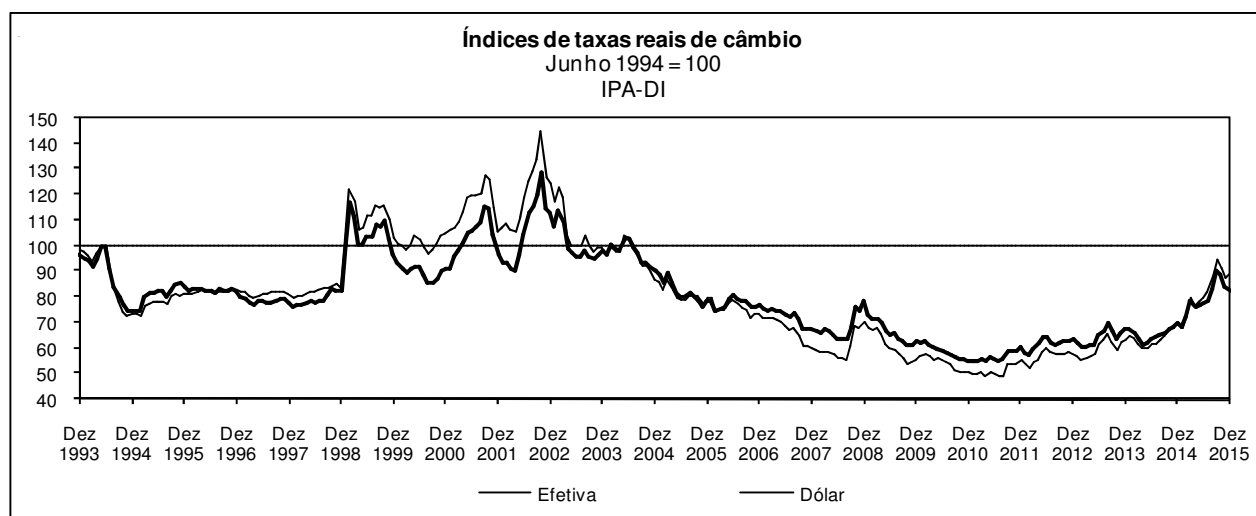
O salário mínimo no estado catarinense (piso regional) está em processo de negociação, com resistência por parte patronal em fechar acordo com reajuste de salários. Aliás, a proposta patronal nem corrige os valores pela inflação do período. O salário mínimo nacional teve reajuste de 11,7%, superando a inflação em 0,4%.



Fonte: PNADC/IBGE. (Elaboração: Dieese - Subseção na Fetiesc)

INDICADORES MACROECONÔMICOS

PIB Trimestral (em %)		Indústria	FBCF	Cons.Fam.	Cons.Gov.	PIB
3º trimestre 2015/Idem 2014		-6,7	-15,0	-4,5	-0,4	-4,5
Até 3º trimestre 2015/Idem 2014		-5,6	-12,7	-3,0	-0,4	-3,2
IBC-BR (em %)		Nov/Out	Nov/Nov	Até Nov	U12M	
		-0,5	-6,7	-3,9	-3,6	
Finanças Setor Público		Jan. a Dez. 2014		Dez. 2015	Jan. a Dez. 2015	
		R\$ mi	% PIB	R\$ mi	R\$ mi	% PIB
Resultado Primário		-32.536	-0,6	-71.729	-111.249	-1,9
Juros Nominais		-311.380	-5,5	-52.093	-501.786	-8,5
Resultado Nominal		-343.916	-6,1	-123.821	-613.035	-10,3
		<i>Dívida Bruta do Governo Geral (% PIB)</i>				66,2
		<i>Dívida Líquida do Governo Geral (% PIB)</i>				38,3
Setor Externo		Jan. a Dez. 2014		Dez. 2015	Jan. a Dez. 2015	
		US\$ mi		US\$ mi	US\$ mi	
Transações Correntes		-104.181		-2.460	-58.942	
		<i>Bal. Coml.</i>		<i>6.068</i>	<i>17.670</i>	
Conta Financeira		100.599		2.592	56.692	
		<i>IDP</i>		<i>15.211</i>	<i>75.075</i>	
		<i>Saldo de transações correntes (U12M % PIB)</i>				-3,3
		<i>Necessidade de financiamento externo (U12M % PIB)</i>				-0,9
Câmbio				Dez. 2014	Dez. 2015	
Taxa média - venda (R\$/US\$)				2,64	3,87	
<i>Varição real da taxa de câmbio - dólar americano - (IPA-DI) (U12M em %)</i>				9,6	28,2	
<i>Varição real da taxa de câmbio - dólar americano - (IPCA) (U12M em %)</i>				6,6	33,5	
Inflação				Jan. 2015	Jan. 2016	Var. (p.p.)
IPCA (U12M %)				7,14	10,71	3,6
INPC (U12M %)				7,13	11,31	4,2
Juros				Jan. 2015	Jan. 2016	Var. (p.p.)
Meta da taxa Selic (% a.a.)				12,25	14,25	2,0



Fonte: BCB.

INDICADORES INDUSTRIAIS - BRASIL (em %)

PRODUÇÃO INDUSTRIAL (IBGE)	Dez/Nov	Dez/Dez	Até Dez	U12M
<i>Geral</i>	-0,7	-11,9	-8,3	-8,3
<i>Extrativa</i>	0,0	-11,5	3,9	3,9
<i>Transformação</i>	-0,8	-12,0	-9,9	-9,9
Grandes categorias				
Bens de capital	-8,2	-31,9	-25,5	-25,5
Bens intermediários	0,7	-11,4	-5,2	-5,2
Bens de consumo	1,0	-8,4	-9,4	-9,4
Bens de consumo - <i>duráveis</i>	9,4	-24,7	-18,7	-18,7
Bens de consumo - <i>semiduráveis e não duráveis</i>	0,3	-4,2	-6,7	-6,7
FATURAMENTO REAL (CNI)	Dez/Nov	Dez/Dez	Até Dez	U12M
	-0,6	-13,6	-8,8	-8,8
NÍVEL DE ESTOQUES (CNI)	-	Dez. 2014	Nov. 2015	Dez. 2015
Relação efetivo-planejado	-	50,6	51,7	49,9
TERMÔMETROS DE ATIVIDADE	Dez/Nov	Dez/Dez	Até Dez	U12M
Expedição de papelão ondulado (ABPO)	2,7	0,3	-3,1	-3,1
Consumo de energia elétrica industrial (EPE)	-0,6	-8,4	-5,3	-5,3
Produção de aço bruto (Aço Brasil)	-3,4	-6,1	-1,9	-1,9
CAGED - Ind. Transformação (MTE)	Dez/Nov	Dez/Dez	Até Dez	U12M
<i>Saldo (qtde)</i>	-192.833	-	-608.878	-608.878
<i>(%)</i>	-2,5	-	-7,4	-7,4
Utilização da Capacidade Instalada (CNI)	-	Dez. 2014	Nov. 2015	Dez. 2015
<i>(% média)</i>		80,6	77,3	77,5
ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial (CNI)	-	Jan. 2015	Dez. 2015	Jan. 2016
		44,4	36,0	36,5
<i>Condições atuais</i>		35,7	28,3	27,6
<i>Expectativas</i>		48,7	39,8	40,9
COMÉRCIO EXTERIOR (Funcex)	Dez/Dez	Até Dez	U12M	
Exportação - manufaturados				
<i>Quantum (%)</i>		26,9	2,3	2,3
<i>US\$ (%)</i>		8,7	-9,3	-9,3
<i>Preços (%)</i>		-14,7	-11,3	-11,3
Importação - total				
<i>Quantum (%)</i>		-30,8	-15,1	-15,1
<i>US\$ (%)</i>		-38,7	-25,2	-25,2
<i>Preços (%)</i>		-11,2	-11,9	-11,9
Índice de Rentabilidade das exportações - total (%)		1,4	2,0	2,0
Índice de Termos de troca - total (%)		-12,3	-11,0	-11,0
INDICADORES DE COMPETITIVIDADE (BCB)	Dez/Nov	Dez/Dez	Até Dez	U12M
Custo unitário do trabalho (%)	-7,2	-23,1	-21,5	-21,5
Índice de taxa de câmbio real efetiva (%)	-1,2	24,1	22,6	22,6
Índice de taxa de câmbio real corrigida pela produtividade (%)	-8,0	19,2	25,2	25,2

INDICADORES INDUSTRIAIS - SANTA CATARINA (em %)

PRODUÇÃO (IBGE)	Dez/Nov	Dez/Dez	Até Dez	U12M		
<i>Transformação</i>	-5,4	-9,8	-7,9	-7,9		
<i>Têxtil</i>	-	-13,2	-12,2	-12,2		
<i>Vestuário</i>	-	3,7	-2,3	-2,3		
<i>Celulose, Papel e Produtos de Papel</i>	-	-6,0	-1,1	-1,1		
<i>Borracha e Plástico</i>	-	-14,5	-8,3	-8,3		
FATURAMENTO REAL (Fiesc)	Dez/Nov	Dez/Dez	Até Dez	U12M		
<i>Transformação</i>	-	-14,8	-12,0	-		
<i>Têxtil</i>	-	-	-8,7	-		
<i>Vestuário</i>	-	-	-25,2	-		
<i>Celulose, Papel e Produtos de Papel</i>	-	-	-10,3	-		
<i>Borracha e Plástico</i>	-	-	-5,8	-		
CAGED - Ind. Transformação (MTE)	Dez/Nov	Dez/Dez	Até Dez	U12M		
<i>Saldo (qtde)</i>	-18.298	-	-36.316	-36.316		
<i>(%)</i>	-2,7	-	-5,3	-5,3		
Utilização da Capacidade Instalada (Fiesc)	2014		2015			
<i>(% média)</i>	83,5		81,1			
ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial (Fiesc)	Jan. 2015	Dez	Jan			
	43,1	36,3	37,0			
<i>Condições atuais</i>	36,0	30,2	30,7			
<i>Expectativas</i>	46,7	39,4	40,2			
COMÉRCIO EXTERIOR - BRASIL (Funcex)	Dez/Dez		Até Dez		U12M	
	US\$(%)	Qtde(%)	US\$(%)	Qtde(%)	US\$(%)	Qtde(%)
Exportações						
<i>Têxtil</i>	13,4	26,6	-5,5	7,1	-5,5	7,1
<i>Vestuário e acessórios</i>	-16,9	6,6	-12,3	5,0	-12,3	5,0
<i>Couro e calçados</i>	-14,6	17,9	-18,9	-4,8	-18,9	-4,8
<i>Papel e celulose</i>	14,7	10,8	6,1	9,9	6,1	9,9
<i>Produtos químicos</i>	-21,5	-1,8	-15,4	1,7	-15,4	1,7
<i>Produtos de material plástico</i>	-12,4	2,4	-9,9	1,8	-9,9	1,8
Importações						
<i>Têxtil</i>	-46,5	-46,0	-24,0	-20,4	-24,0	-20,4
<i>Vestuário e acessórios</i>	-32,4	-33,6	-7,5	-3,3	-7,5	-3,3
<i>Couro e calçados</i>	-44,0	-42,1	-17,1	-15,4	-17,1	-15,4
<i>Papel e celulose</i>	-34,9	-29,5	-27,6	-25,1	-27,6	-25,1
<i>Produtos químicos</i>	-27,9	-19,2	-17,8	-11,8	-17,8	-11,8
<i>Produtos de material plástico</i>	-36,7	-35,7	-21,6	-17,5	-21,6	-17,5
Índice de Rentabilidade das exportações	Dez/Dez (%)		Até Dez (%)		U12M (%)	
<i>Têxtil</i>	15,6		11,7		11,7	
<i>Vestuário e acessórios</i>	1,3		7,5		7,5	
<i>Couro e calçados</i>	-5,9		8,7		8,7	
<i>Papel e celulose</i>	31,5		21,4		21,4	
<i>Produtos químicos</i>	3,7		6,2		6,2	
<i>Produtos de material plástico</i>	10,2		12,5		12,5	

INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO

Custo de Vida				
Inflação		Janeiro (%)	Var. 12 meses (%)	
INPC/IBGE		1,51	11,31	
IPCA/IBGE		1,27	10,71	
IGP-DI/FGV		1,53	11,65	
IGP-M/FGV		1,14	10,95	
IPC/FIPE		1,37	10,79	
Cesta Básica	Florianópolis	Dezembro	Varição acum. em 12 meses (em %)	17,3
			Valor mensal (em R\$)	414,12
Salário Mínimo Necessário e Piso Regional Catarinense				
Salário Mínimo Nacional		Dezembro	Valor nominal (em R\$)	788,00
Salário Mínimo Necessário		Dezembro	Valor nominal (em R\$)	3.518,51
Piso Regional SC		Faixa I	Valor nominal (em R\$)	908,00
		Faixa II	Valor nominal (em R\$)	943,00
		Faixa III	Valor nominal (em R\$)	994,00
		Faixa IV	Valor nominal (em R\$)	1.042,00
Movimentação do Emprego - Indústria de Transformação no Brasil				
		Total Admissões	Total Desligamentos	Saldo
		(Qtde)	(Qtde)	(Qtde)
Em dezembro¹		100.140	292.973	-192.833
No ano²		2.801.816	3.410.694	-608.878
Nos últimos 12 meses³		2.801.816	3.410.694	-608.878
				Var. Emprego (%)
				-2,5
				-7,4
				-7,4
<small>(¹) Variação considera o estoque do mês anterior; (²) Variação considera o estoque do mês atual e do mês de dezembro do ano anterior, com ajustes; (³) Variação considera o estoque no mês atual com o estoque do mesmo mês do ano anterior, com ajustes.</small>				
Movimentação do Emprego - Indústria de Transformação em Santa Catarina				
		Total Admissões	Total Desligamentos	Saldo
		(Qtde)	(Qtde)	(Qtde)
Em dezembro¹		7.444	25.742	-18.298
No ano²		293.337	329.653	-36.316
Nos últimos 12 meses³		293.337	329.653	-36.316
				Var. Emprego (%)
				-2,7
				-5,3
				-5,3
<small>(¹) Variação considera o estoque do mês anterior; (²) Variação considera o estoque do mês atual e do mês de dezembro do ano anterior, com ajustes; (³) Variação considera o estoque no mês atual com o estoque do mesmo mês do ano anterior, com ajustes.</small>				
Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido pelos Ocupados (todos os trabalhos)				
Brasil		Valor (em R\$)	1.895,00	
		Ago - Out 2015/idem ano anterior (em %)	-1,0	
Santa Catarina		Valor (em R\$)	2.054,00	
		3º trimestre 2015/idem ano anterior (em %)	-1,0	
Massa Real de Rendimentos Habitualmente Recebidos pelos Ocupados (todos os trabalhos)				
Brasil		Valor (R\$ em milhões)	169.576,00	
		Ago. - Out. 2015/idem ano anterior (em %)	-1,2	
Santa Catarina		Valor (R\$ em milhões)	6.899,00	
		3º trimestre 2015/idem ano anterior (em %)	0,5	
Taxa de Desocupação				
Brasil		Ago - Out 2015 (em %)	9,0	
		Ago - Out 2015/idem ano anterior (em p.p.)	2,3	
Santa Catarina		3º trimestre 2015 (em %)	4,4	
		3º trimestre 2015/idem ano anterior (em p.p.)	1,5	

Economia para Trabalhadores - Ano IV, edição XXXIII, fevereiro de 2016. Periodicidade mensal. Subseção do Dieese na Fetiesc.

EXPEDIENTE DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA - Presidente: Idemar Antonio Martini; Vice-Presidente: Rosane Sasse; Secretário Geral: Landivo Fischer.

EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE - Direção Técnico: Clemente Ganz Lúcio; Coordenação Executiva: Patrícia Pelatieri; Coordenação Administrativa e Financeira: Rosana de Freitas; Coordenação de Educação: Nelson de Chueri Karan; Coordenação de Relações Sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira; Coordenação de Atendimento Técnico Sindical: Airton Santos; Coordenação de Estudos e Desenvolvimento: Angela Schwengber; Supervisor Regional do Dieese/SC: José Álvaro Cardoso; Técnico Responsável pelo Boletim: Mairon Edegar Brandes.